

60 ANOS DO GOLPE MILITAR

Em 21 anos, prisões e mortes

Violações e arbitrariedades marcaram duas décadas de ditadura. Segundo Comissão da Verdade, houve 434 assassinatos e desaparecimentos

» EVANDRO ÉBOLI

A ditadura instaurada no Brasil em 1964 completa 60 anos. O golpe dos militares jogou o país num período de 21 anos de violações, arbitrariedades e restrições às liberdades. Opositores do regime foram presos, torturados e mortos. O Congresso Nacional foi fechado, e a imprensa, censurada. Peças de teatro e canções de artistas eram submetidas aos censores, que faziam cortes nesses conteúdos.

Foram várias as razões que levaram à queda do então presidente João Goulart, da "ameaça comunista" e o receio da implantação das chamadas reformas de base ao apoio do governo dos Estados Unidos. Contra Jango, pesou também a adesão de setores da sociedade, como empresários, classe média e até mesmo parte da imprensa. A instabilidade política no país começou três anos antes, com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

A ditadura passou por fases distintas. O governo militar não deveria ter se prolongado tanto tempo, se acreditava. Os generais foram se afeiçoando ao poder e usaram a força para conter os descontentes. No fim da década, em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva assinava o Ato Institucional número 5, o AI-5, que endureceu o regime. O ato foi batizado de golpe dentro do golpe. Teve início uma era de terror de Estado. Mandatos de parlamentares foram cassados, a garantia do habeas corpus, suspensa.

Doi-Codi

O país passou a viver com marchas e passeatas de protestos e também de prisões e mortes de estudantes e opositores do governo ditatorial. O Brasil ganhou um Serviço Nacional de Informações (SNI), que passou a monitorar e a investigar as pessoas, se tornando um braço de apoio aos centros de prisão e tortura, como os Doi-Codi (Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna).

A distensão da ditadura só chegou no fim da década de 1970. A sequência de prisões arbitrárias e de assassinatos de civis, casos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, respectivamente em 1975 e 1976, estremeceu o regime, incomodou parte dos militares e gerou insatisfação na sociedade, que passou a ter algum conhecimento do que ocorria nos porões da ditadura. O país passou a viver o período da abertura lenta e gradual, ensaiando o fim do ciclo dos militares.

Em 1979, o país aprovou sua Lei de Anistia, que, se por um lado permitiu a volta dos brasileiros que viviam no exílio, casos de Leonel Brizola e Miguel Arraes, por outro houve o entendimento de que os militares responsáveis pelas atrocidades, como tortura, desaparecimento e até incineração de corpos, jamais seriam julgados. Essa compreensão foi se alterando com o tempo, e a Justiça reconheceu oficialmente como torturador, por exemplo, o coronel Carlos Brilhante Ustra, que comandou o temido Doi-Codi de São Paulo.

Política de Estado

Instalada no governo de Dilma Rousseff, ex-militante de um grupo de esquerda, a Comissão Nacional da Verdade encerrou seus trabalhos em 2014 e reconheceu que 434 pessoas foram mortas e desaparecidas pelo Estado naqueles 21 anos de ditadura. Mais de 300 pessoas, entre militares, agentes do Estado e até

mesmo ex-presidentes da República foram responsabilizadas por essas ações ocorridas no período que compreendeu a investigação.

O relatório da comissão apontou ainda que as violações registradas foram resultantes "de ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro" e que a repressão ocorrida durante a ditadura foi usada como política de Estado "concebida e implementada a partir de decisões emanadas da Presidência da República e dos ministérios militares".

Na sequência dos anos, os brasileiros foram às ruas pedir "diretas já", que foi derrotada no Congresso Nacional, assistiu a Tancredo Neves ser eleito indiretamente, mas ele morreu antes de assumir, e a Nova República foi inaugurada com José Sarney na presidência. Somente em 1989 ocorreu a primeira eleição direta depois de mais de duas décadas. Fernando Collor foi o eleito.

Walter Luiz/O Cruzeiro/EM/D.A Press



Tropas do 1º Exército do Rio de Janeiro, no golpe: opositores do regime foram presos, torturados e mortos

» Data do golpe gera divergências

O golpe militar ainda provoca divergências sobre a data em que, de fato, ocorreu: se em 31 de março ou em 1º de abril de 1964. Militares e setores conservadores, de um lado, "celebram" o que consideram a "revolução" em 31 de março; de outro, setores ligados à esquerda, e grande parte dos historiadores, citam o primeiro dia de abril como o correto para marcar o início da ditadura. A discordância ocorre em uma tentativa de militares se dissociarem do Dia da Mentira. Registros históricos afirmam que as movimentações mais incisivas dos militares golpistas começaram na madrugada de 31 de março. Durante todo o dia, já havia boatos de que a mobilização ocorreria, mas um golpe, de fato, era apenas uma ameaça.

Acerte no Alvo
da sua Realização

2 e 3 Qtos
em Águas Claras

gabinete

Construção - 42% concluída

VISITE O DECORADO

2 e 3 Qtos

62 a 84 m²

Até 2 vagas de garagem

ENTREGA EM:

Maio/25 (bloco C e D)

Agosto/25 (bloco A e B)

Oceania Residence

Rua Copaíba

LAZER COMPLETO

Paulo Octavio

CORRETORES DE PLANTÃO NO LOCAL

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE

Eixinho, ao lado do McDonald's

NOROESTE

CLNW 2/3

ÁGUAS CLARAS

Rua 33 Sul lote 7

GUARÁ II

QI 33 Lote 2

ACESSE E SAIBA MAIS